



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Eleição no escuro

Estas eleições para presidente da República são atípicas, o noticiário é dominado por vazamentos de investigações, não há debate de realizações nem de projetos para o futuro. O embate se dá no submundo das redes sociais. Relatei, neste mesmo alto de página, o depoimento de um taxista preocupado com a suposta cobrança de uma taxa de 26% sobre o Pix, se determinado candidato vencesse a eleição. Perguntei de onde havia extraído a informação, e ele disse que era das redes sociais.

Pesquisa de agosto de 2026 da CNT/

MDA levantou que 45,6% dos brasileiros pretendiam se informar sobre o processo eleitoral pelas redes sociais. Em segundo lugar, figura a televisão, com 33,9%, seguida pelos sites e portais de notícia com 8,5%. E, vejam, a mídia impressa é citada apenas por 3,2% dos entrevistados, enquanto o rádio fica com 3,1%.

A sondagem apresenta sinais contraditórios, pois, embora 48% afirmem que não pretendiam acompanhar o horário eleitoral, 62,9% consideram essa fonte de informação importante para decidir o voto. E outro dado é preocupante. Para 42,2% dos entrevistados, não é possível avaliar como essas propostas são divulgadas. Enquanto 33,3% avaliam que elas são restritas ou mal divulgadas.

Com a ausência de debate sobre projetos, esse é o ambiente ideal para a proliferação de mentiras, meias-verdades ou fofocas. E é

isso que estamos assistindo na disputa das eleições presidenciais. Parece que todos os valores estão invertidos. As pesquisas revelam que há um significativo contingente de eleitores fanatizados para os quais não importa o crime que o seu candidato tenha cometido, pois eles não mudarão a escolha.

De qualquer maneira, é enlouquecedor constatar a desconexão do voto a fatos inaceitáveis, que alçam aos primeiros postos candidatos destituídos de qualificação moral para dirigir o país em contexto nacional e internacional tão delicado. Há aspectos nas pesquisas que causam estupefação. Determinados candidatos aparecem com 1% ou 5% de votos no primeiro turno. Pois bem, em segundo turno, empatam com adversário que lidera o primeiro turno.

Isso quer dizer que esses eleitores votam movidos pelo ódio a determinados

candidatos, e uma escolha motivada pela raiva não é boa. O que está em jogo não é quem será eliminado no paredão do *Big Brother*: é o destino do país que legaremos a nossos filhos e netos nos próximos anos. Por isso, o voto precisa ser mais racional, lúcido e responsável. Fala-se muito em polarização, a que eu vejo é a do embate entre democracia e autocracia.

A medida de extinção da pena de aposentadoria compulsória dos juízes foi importante. Era algo surreal, o magistrado cometia um crime grave e, como punição, abandonava o cargo, mas ganhava o salário integral. Não pode haver privilégio mais injusto e mais aberrante. O ministro Flávio Dino pediu, também, investigação na Comissão da Bolsa de Valores. É uma decisão providencial.

Paradoxalmente, esse tsunami provoca-

das pelas investidas de cooptação pelo Banco Master é uma excelente oportunidade para o fortalecimento das instituições democráticas. Que sejam apuradas e, se for o caso, investigadas, as citações e denúncias contra ministros do Supremo, parlamentares e outras autoridades. Que o STF adote um código de conduta. Que o Banco Central estabeleça controles mais rigorosos contra os tram-biques do sistema financeiro.

Que o Congresso Nacional reduza, drasticamente, as obscenas emendas parlamentares e passe a usá-las com transparência e rastreabilidade. Que seja modificada a pífia sanção atual às mentiras em período eleitoral e passem a ser aplicadas punições severas, pois fake news podem influir no destino dos municípios, das capitais, dos estados e do país. Parece impossível, mas não é.

UMA AULA PRÁTICA DE cidadania



Com direito a super-heroína e dinheiro cenográfico, alunos de escolas públicas rurais e urbanas aprendem como os recursos públicos são arrecadados e transformados em benefícios para a sociedade durante projeto do TCDF

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Os participantes foram das Escolas Classes Incra 06 e Chapadinha, na zona rural de Brazlândia, e da EC 09, que fica na Vila São José, na mesma RA



O estudante Allan Mendes gostou da interação, da parte do “cofre público” e do lanchinho servido ao final



A jornada contou com o reforço da super-heroína batizada de “TCzinha”, que explica a função de cada gestor



» GABRIELA SANTOS*

Os estudantes trocaram as carteiras escolares por uma experiência prática e divertida ao assumirem os papéis de gestores públicos, auditores e conselheiros, na tarde de ontem. A jornada contou com o reforço da super-heroína “TCzinha”, que explica a função de cada um. A iniciativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) busca ensinar as crianças como o dinheiro público é arrecadado, investido e fiscalizado, ressaltando o valor do controle social e da participação cidadã.

Das 13h30 às 17h, o Tribunal abriu suas portas para dar início a mais uma edição do projeto “TCendo o Futuro”. O primeiro dia do evento foi dedicado, especialmente, a 63 estudantes do 5º ano, vindos de comunidades rurais e urbanas de Brazlândia.

Os participantes foram os alunos das Escolas Classes (ECs) Incra 06 e Chapadinha, situadas na zona rural de Brazlândia, além da EC 09, localizada na Vila São José, que pertence à mesma Região Administrativa (RA).

Durante a visita, os estudantes deixaram a sala de aula tradicional de lado para assumir, de forma lúdica e prática, as funções de gestor. O objetivo é fazer com que as crianças compreendam como o dinheiro público é arrecadado, utilizado e fiscalizado, além de destacar a importância do controle social e da participação da sociedade nesse processo.

Simulação

Entre as atividades interativas programadas, os alunos participaram de uma dinâmica em que utilizaram dinheiro cenográfico para comprar lanches, depositando em um cofre a parcela equivalente aos impostos. Essas brincadeiras ajudam a ilustrar como os tributos retornam para a sociedade por meio do financiamento de serviços essenciais, como hospitais e escolas.

Divididos em grupos, os estudantes simularam o planejamento, a execução, a fiscalização e o julgamento da construção de uma escola pública. A programação do primeiro dia também reservou visitas guiadas a diferentes espaços do Tribunal e a distribuição de materiais educativos.

O presidente do TCDF, Manoel de Andrade, explicou que o projeto é recente, mas receber estudantes da rede pública no Tribunal é uma ação antiga. “O objetivo é desenvolver na criança o sentimento de cidadão.”

Formação

O “TCendo o Futuro” é uma iniciativa da Escola de Contas Públicas (Escon) do TCDF, realizada em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal. O projeto busca aproximar o público infantil de temas complexos, como a gestão do dinheiro público, contribuindo diretamente para a formação cidadã desde a infância.

As crianças do 5º ano foram unânimes ao relatar as partes favoritas: o momento de interação com a super-heroína TCzinha, a parte do “dinheiro” e do “cofre público” e o lanche cativaram os alunos Hianna, Allan e Hugo. Mas ao falar do momento de aprendizado favorito, Hianna amou descobrir o que é o TCDF. Para Hugo e Allan, o mais interessante foi descobrir para onde o dinheiro vai.

Desde janeiro deste ano, já aconteceram oito edições do TCendo o Futuro, e a frequência oscila de acordo com o calendário da rede pública de ensino. A representante da Escon, Thamara Dayane Cardoso Santos, explica que a concepção do projeto é ampliar o alcance das crianças aos temas do cotidiano: “A intenção é sair do núcleo central de Brasília e alcançar as crianças que estão mais à margem”. O presidente do TCDF complementa que a ideia é mesmo expandir o acesso às informações sobre o exercício da cidadania.

* Estagiária sob a supervisão de Tharsila Prates



VOTE

ROBERTO FREIRE

DEPUTADO FEDERAL

23 23

AGORA PELO DISTRITO FEDERAL

Propaganda Eleitoral paga - Valor: 2.220,00
Deputado Federal - Roberto Freire
Partido PSDB 2323 - CNP: 68.992.480/0001-58